

CAPÍTULO 14

CONHECIMENTO E LIBERDADE. FRIEDRICH HAYEK ENQUANTO FILÓSOFO DA CIÊNCIA

Ricardo Noronha

INTRODUÇÃO – A PRETENSÃO DO CONHECIMENTO

Friedrich August Von Hayek nasceu em Viena, em 1899, no seio de uma família aristocrática repleta de intelectuais: o pai, August, era médico e botânico, enquanto o seu avô materno, Franz Von Juraschek, era economista, e o avô paterno, Gustav von Hayek, biólogo (Ebenstein 2001). Após ter servido como voluntário no exército austro-húngaro durante a I Guerra Mundial, Hayek decidiu prosseguir os seus estudos avançados na Universidade de Viena, onde se doutorou em Direito (1921) e em Ciência Política (1923). Foi nesse período que se sentiu atraído pelo Liberalismo, em grande parte devido à influência intelectual de Ludwig von Mises, com quem fundaria, em 1927, o Österreichisches Institut für Wirtschaftsforschung (Instituto Austríaco para a Pesquisa dos Ciclos Económicos). O seu trabalho enquanto economista atraiu a atenção de Lionel Robbins (Reitor da London School of Economics [LSE]), que o convidou a lecionar naquela escola em 1931. Hayek viria a trocar a LSE pela Universidade de Chicago em 1950 (integrando o *Committee on Social Thought*, diretamente financiado pelo Volker Fund), para se estabelecer mais tarde na Universidade de Freiburg entre 1962 e 1968, e na Universidade de Salzburgo entre 1969 e 1977, antes de regressar a Freiburg, onde trabalhou até ao fim da sua vida (Jones 2012, 57-84).

Um crítico feroz da intervenção do Estado na esfera económica e um defensor intransigente do mercado competitivo, Hayek escreveria durante a II Guerra Mundial aquela que seria a sua obra mais conhecida, *O caminho para a servidão* (Hayek 2017). Condensando muitos dos argumentos da Escola Austríaca contra o planeamento centralizado, o seu livro denunciava não apenas o que considerava ser o avanço do “totalitarismo” na Europa Continental – estabelecendo uma homologia entre o regime nacional-socialista e o regime soviético – como também a tendência crescente, em países como os Estados Unidos da América ou a Grã-Bretanha, para uma desvalorização do papel do mercado e da livre-iniciativa. O sucesso do livro encorajou Hayek a reunir, em 1947, na Suíça, um conjunto de intelectuais empenhados na defesa do Liberalismo, entendido enquanto um corpo doutrinário assente no primado do indivíduo e na indissociabilidade entre liberdade política e liberdade económica.¹ Na sequência do encontro seria formada a Sociedade do Mont Pèlerin, um coletivo transnacional e multidisciplinar empenhado na renovação do corpo teórico e doutrinal do liberalismo, tendo como horizonte comum a conceção de um “Neoliberalismo.”²

Ocupando durante décadas uma posição relativamente marginal na academia e no debate político (com a exceção da República Federal Alemã, onde os intelectuais da “Escola de Friburgo,” agrupados em torno da revista *Ordo*, dispunham de considerável influência), as ideias neoliberais atingiram popularidade crescente ao longo da década de 1970, no contexto da crise da economia mundial e do fenómeno popularmente designado “estagflação.” Através de uma rede de institutos, departamentos universitários, publicações e *think tanks* associados, direta ou indiretamente, à Sociedade do Mont Pèlerin, um conjunto de projetos e ideias longamente amadurecidos desde a II Guerra Mundial inspiraram os programas eleitorais com que o Partido Conservador venceu as eleições britânicas, em 1979, e Ronald Reagan conquistou a Presidência dos Estados Unidos, em 1980.

A influência do Neoliberalismo no plano intelectual precedeu a sua ascensão no plano político, uma vez que dois membros da Sociedade do

¹ Uma abordagem crítica à Sociedade do Monte Pèlerin pode ser encontrada em Mirowski e Plehwe (Mirowski e Plehwe 2009). Para uma abordagem de natureza apologética, ver Hartwell (Hartwell 1995).

² O termo “Neoliberalismo” cairia progressivamente em desuso no contexto da Sociedade do Mont Pèlerin, mas o seu uso frequente até ao final da década de 1950 encontra-se bem documentado. Ver nomeadamente Mirowski e Plehwe (Mirowski e Plehwe, 2009, 427)

Mont Pèlerin – Friedrich Hayek e Milton Friedman – foram laureados com o Prémio Nobel da Economia, respetivamente, em 1974 e 1976. Criado pelo Banco Central da Suécia (*Riksbank*), em 1968, o Prémio Nobel da Economia seguia critérios distintos dos galardões da Paz, Literatura, Física, Química e Medicina, atribuídos pela Real Academia Sueca das Ciências, em conformidade com o testamento de Alfred Nobel. Ainda que a sua atribuição tenha dividido frequentemente o campo científico, a escolha do Conselho Executivo do *Riksbank* sinaliza frequentemente as oscilações e tendências dominantes ao nível da teoria económica.

Hayek proferiu a sua palestra em memória de Alfred Nobel, intitulada *The pretence of knowledge (A pretensão do conhecimento)*, a 11 de Dezembro de 1974 (Hayek 1974).³ Uma vez que as suas reflexões acerca do sistema de preços e das flutuações da atividade económica haviam sido destacadas pelo Banco Central da Suécia quando lhe atribuiu o prémio, esperava-se que a palestra abordasse acima de tudo a relação entre inflação e desemprego. Hayek optou, no entanto, por uma incursão mais ambiciosa no domínio da epistemologia e da filosofia da ciência, na qual expôs uma visão fundamentalmente negativa acerca do papel dos economistas enquanto conselheiros governamentais. O laureado já havia surpreendido os membros do Conselho Executivo do Banco Central da Suécia na noite anterior, durante um banquete restrito, ao questionar a própria existência do prémio Nobel da Economia, argumentando que este não apenas “tenderia a acentuar as oscilações de cada moda científica,” como permitira conferir “a um único indivíduo uma autoridade que nenhum homem deveria possuir no domínio da economia” (Hayek 1974b).

A palestra de 11 de Dezembro condensava várias reflexões prévias de Hayek acerca da natureza do conhecimento, mas revelava acima de tudo um profundo ceticismo em relação à evolução recente da teoria económica:

A teoria que tem orientado as políticas fiscais e monetárias dos últimos trinta anos — uma teoria que afirmo ser o produto de uma conceção distorcida acerca do procedimento científico— consiste na crença de que existe uma simples correlação positiva entre o nível de emprego e a procura agregada de bens e serviços. Semelhante crença leva-nos a imaginar que podemos garantir permanentemente o pleno emprego mantendo um nível adequado de despesa global. De entre as várias

³ Todas as traduções a partir de textos em inglês são da responsabilidade do autor.

teorias utilizadas para se explicar o elevado desemprego, esta é provavelmente a única que se pode apoiar em fortes evidências quantitativas. Contudo, considero tal teoria fundamentalmente falsa.

A raiz deste problema residia na propensão dos economistas para imitar acriticamente os procedimentos das ciências naturais, ignorando a especificidade do respetivo objeto de estudo. Enquanto nas ciências naturais era imediatamente possível medir, de acordo com uma teoria *prima facie*, os parâmetros associados a um determinado fenómeno, as ciências sociais lidavam com problemas complexos, que não podiam ser explicados unicamente através de dados quantitativos. Ao ignorar essa diferença – procurando legitimar-se através do que Hayek designava enquanto “cientificismo” –, as ciências sociais haviam sofrido um progressivo empobrecimento interpretativo, formulando teorias exclusivamente sobre aquilo que era mensurável e limitando arbitrariamente a complexidade dos fenómenos que se propunham explicar. Semelhante propensão traduzia-se, no campo económico, no pressuposto de que as relações de causalidade podiam ser resumidas a um conjunto muito limitado de variáveis: “A correlação entre procura agregada e níveis de emprego pode ser meramente aproximada; porém, como é a *única* acerca da qual dispomos de dados quantitativos, passa a ser aceite como a única relação causal que importa.”

Rejeitando semelhante simplificação, Hayek considerava, pelo contrário, que a combinação entre uma elevada taxa de inflação e elevados níveis de desemprego era causada pela existência de discrepâncias excessivas entre a distribuição da procura por um conjunto de bens e serviços e a alocação dos recursos e da mão-de-obra necessários à produção desses bens e serviços. Para enfrentar essa distorção da estrutura de preços e salários – que atribuía à ação combinada de governos e sindicatos –, Hayek considerava necessário reequilibrar a oferta e a procura, permitindo ajustes ao nível dos preços e transferências ao nível da força de trabalho, de forma a suprir a escassez dos bens e serviços mais procurados. No entanto, uma vez que era impossível determinar com absoluta precisão quais as magnitudes desses ajustes e transferências, tornava-se impossível encontrar uma solução automática:

Podemos apenas afirmar quais são as condições nas quais se pode esperar que os mercados estabeleçam preços e salários através dos quais a procura igualará a oferta. Mas nunca conseguiremos produzir informação estatística capaz de nos revelar a magnitude em que os preços

e salários existentes se desviam em relação aos que permitiriam assegurar a venda constante da atual oferta de trabalho.

O principal desafio com que se confrontavam os economistas era de ordem epistemológica. Precisamente porque era impossível quantificar de antemão as condições necessárias ao crescimento económico, tornava-se necessário respeitar o funcionamento de um sistema capaz de lidar adequadamente com a incerteza e a ignorância, até que fosse possível atingir, por tentativa e erro, a magnitude de preços e salários que permitiria relançar o investimento. Para tal, era necessário que os economistas estivessem em condições de admitir os “limites insuperáveis do seu conhecimento,” bem como a respetiva inferioridade em relação ao mercado, “um mecanismo de condensação de informações dispersas mais eficiente que qualquer outro deliberadamente concebido pelo homem para o mesmo fim.”

Um questionamento tão radical do estatuto científico da disciplina – abrangendo não apenas um conceito em particular, mas grande parte da sua arquitetura conceptual e metodológica - convoca questões de variada ordem. Desde logo, Hayek distanciava-se não apenas do consenso reinante no seio dos economistas, no que diz respeito à relação entre procura agregada e níveis de emprego, como também de muitos dos seus companheiros de estrada neoliberais, para quem a capacidade dos modelos matemáticos para abarcar a complexidade do ciclo económico e antecipar os seus desenvolvimentos futuros se afigurava indiscutível. Isso tornar-se-ia particularmente evidente dois anos depois, quando Milton Friedman, Professor da Universidade de Chicago, apresentou a sua palestra em homenagem a Alfred Nobel.

Friedman concebia a economia enquanto uma “ciência positiva,” ou seja, “um corpo de generalizações provisoriamente aceites acerca dos fenómenos económicos,” passível de ser “utilizado para prever as consequências de qualquer transformação circunstancial” (Friedman 1953, 39). No discurso que proferiu em Estocolmo, em 1976, começou por rejeitar categoricamente a distinção metodológica entre ciências naturais e ciências sociais, argumentando que o “crescimento do corpo de conhecimento positivo,” em qualquer campo científico, resultava da capacidade ou incapacidade de determinada hipótese em prever a evolução do fenómeno que se propunha explicar (Friedman 1976). Uma vez identificada a incapacidade de uma hipótese, seguia-se uma “reformulação dessa hipótese até alguém sugerir uma nova hipótese capaz de enquadrar o fenómeno em questão de uma forma mais elegante ou mais simples, e assim sucessivamente *ad infinitum*.” Deste ponto de vista, independentemente dos atributos particulares de cada fenómeno

em estudo, um procedimento científico correto permitiria compreendê-lo cada vez melhor. O conhecimento científico era assim, para Friedman, o resultado de um processo cumulativo e tendencialmente ininterrupto, em que cada hipótese assumia um caráter provisório, até que uma nova hipótese se viesse a revelar mais consistente.

Não é por isso de espantar que, no momento de explicar a correlação entre inflação e desemprego, Friedman tenha recorrido a um vasto manancial de informação estatística, sustentando que os problemas com que se deparavam as economias mais industrializadas do planeta se deviam a “conceções errôneas acerca das consequências das medidas governativas,” que só o progresso da ciência econômica positiva seria capaz de corrigir. Muito simplificada, a hipótese defendida por Friedman assentava na existência de uma “taxa natural de desemprego,” segundo o pressuposto de que a utilização eficiente dos recursos exigia a mobilidade da força de trabalho e, conseqüentemente, em função das oscilações do ciclo econômico, implicaria a existência de níveis de desemprego que não poderiam ser eliminados sem comprometer a racionalidade do conjunto do sistema. Segundo este pressuposto, a inflação resultava dos esforços governamentais para reduzir o desemprego, através de políticas fiscais expansionistas que distorciam os preços, formando um padrão que podia ser antecipado pelos diversos agentes econômicos (nomeadamente os empresários e os sindicatos), conduzindo a sucessivos ajustes em função das respectivas expectativas. Uma vez desencadeado o mecanismo inflacionário, por via dos arranjos institucionais prevaletentes, ganhava forma uma tendência para a retração do investimento, provocando o aumento do desemprego:

Os detalhes podem variar momentaneamente e de país para país, mas o resultado geral é o mesmo: redução da capacidade do sistema de preços para orientar a atividade econômica; distorção ao nível dos preços relativos devido à introdução de uma maior fricção ao nível do conjunto dos mercados; e, muito provavelmente, uma taxa maior de desemprego registado.

Como Hayek, Friedman criticava a maioria dos economistas pela sua adesão acrítica aos postulados da “Revolução Keynesiana da década de 1930” e, nomeadamente, aos pressupostos formalizados através da “Curva de Phillips,” que estabelecia uma correlação simples entre níveis de inflação e níveis de emprego. Mas ao contrário de Hayek, Friedman confiava na capacidade da disciplina para se autocorrigir:

Como em qualquer ciência, enquanto a experiência pareceu ser consistente com as hipóteses dominantes, continuou a ser aceite, ainda que, como sempre, uns quantos dissidentes questionassem a sua validade.

Mas à medida que a década de Cinquenta se converteu na de Sessenta e a de Sessenta na de Setenta, tornou-se cada vez mais difícil aceitar essas hipóteses na sua forma mais simples. Pareciam ser necessárias doses de inflação cada vez maiores para manter os níveis de desemprego baixos. A estagflação revelou a sua face hedionda. Foram efetuadas diversas tentativas para corrigir essas hipóteses tendo em conta fatores especiais, como a força dos Sindicatos. Mas a experiência recusou-se teimosamente a conformar-se com essas versões corrigidas. Era necessária uma revisão mais radical. (...) Relatei uma história perfeitamente convencional acerca da forma como as teorias económicas foram revistas. Trata-se no entanto de uma história cuja importância tem um longo alcance. A política governamental para lidar com a inflação e o desemprego tem estado no centro de controvérsias políticas. Vem sendo travada uma guerra ideológica em torno destes assuntos. No entanto, a alteração dramática ao nível da teoria económica não foi o resultado de uma guerra ideológica. Não resultou de divergências ao nível das crenças ou objetivos políticos. Respondeu quase inteiramente à força dos acontecimentos: a experiência em estado bruto revelou-se muito mais poderosa do que a mais forte preferência política ou ideológica.

Esta divergência no plano epistemológico tinha diversas consequências. Enquanto Hayek recomendava prudência no momento de retirar conclusões definitivas acerca desta ou aquela análise empírica, Friedman considerava que os progressos da ciência económica positiva permitiriam identificar os fundamentos teóricos mais corretos para alicerçar as decisões governamentais, uma vez que, independentemente da “preferência política ou ideológica” de quem as tomasse, resultavam da “experiência em estado bruto.” Não é por isso casual que, embora Friedman tenha manifestado repetidamente a sua admiração por Hayek, o seu trabalho enquanto economista lhe merecesse muito menos apreço (Ebenstein 2001, 81).⁴

Ao longo dos anos seguintes, inúmeros governos e instituições internacionais empregariam modelos em linha com a “economia positiva” de Friedman, transformando a paisagem económica global e estabelecendo o Neoliberalismo enquanto a narrativa dominante do último quartel do século XX. Nesse sentido, ao questionar o papel dos peritos económicos, e os próprios fundamentos da ciência económica moderna, Hayek parecia teimosamente empenhado em nadar contra a

⁴ Apesar disso, Friedman reconheceu na sua palestra a “forma brilhante” como Hayek enfatizara a capacidade do sistema de preços para transmitir de forma eficiente as informações necessárias aos diferentes agentes económicos. Sobre a relação entre Friedman e Hayek, ver Ebenstein (Ebenstein 2007, 215-221).

corrente. No entanto, e como veremos, as suas reflexões no domínio da epistemologia, nomeadamente no que diz respeito aos problemas heurísticos das ciências sociais, ocuparam desde muito cedo o seu percurso. Muitas das suas incursões nesse domínio revelam, de resto, a influência de Karl Popper e Michael Polany, destacados filósofos da ciência e também eles membros da Sociedade do Monte Pèlerin (Popper 1972 e 1992; Polany 1951; Ebenstein 2003, 127-138, 171-185). O texto da palestra em homenagem a Alfred Nobel deve por isso ser encarado como uma espécie de palimpsesto, onde se encontram condensados diversos textos anteriores: *Economics and knowledge* (1936), *The Use of Knowledge in Society* (1945), *The Counter-revolution of Science* (1952), *Capitalism and the Historians* (1954), *The Constitution of Liberty* (1960), *The theory of complex phenomena* (1964) e *Competition as a discovery process* (1968).

As páginas que se seguem procuram identificar a constelação de problemas epistemológicos que ocuparam a atenção de Hayek ao longo de mais de trinta anos, bem como o lugar que estes ocuparam no programa de defesa do Liberalismo que animou a sua intervenção pública na segunda metade do século XX. A hipótese desenvolvida ao longo deste ensaio é que as reflexões de Hayek no domínio da filosofia da ciência são inseparáveis da posição ocupada pelo Neoliberalismo até à década de 1970, tendo sido formuladas na forma de contra-argumento em relação à ortodoxia do seu tempo. No entanto, como veremos, essas reflexões estavam longe de ser meramente instrumentais, correspondendo a um entendimento acerca da natureza do conhecimento que se revelaria incompatível, a prazo, com a formulação de uma nova ortodoxia capaz de reger o campo da ciência económica. Adicionalmente, muitos dos seus escritos enquanto filósofo da ciência distanciavam-se, repetida e metodicamente, de um entendimento utilitário difuso, segundo o qual a investigação aplicada deveria ser privilegiada em relação à investigação fundamental e a atividade científica deveria estar subordinada à resolução de problemas identificados por instâncias exteriores ao campo científico. É por isso na articulação entre conhecimento e liberdade que se procurará compreender o contributo de Hayek para uma epistemologia crítica das ciências sociais.

1. LEIS E TEORIAS: A SOCIEDADE ENQUANTO FENÓMENO COMPLEXO

Muitas das preocupações que Hayek exprimiu em Estocolmo estavam já presentes numa palestra proferida em 1936 (Hayek 1937). Dirigindo-se à audiência presente no London Economic School, Hayek classificara a noção de “equilíbrio” – um dos alicerces do edifício teórico da economia neoclássica – enquanto uma “tautologia,” defendendo a necessidade de novos conceitos, capazes de abarcar a complexidade efetivamente existente ao nível das relações económicas:

Há muito tempo que sinto que o próprio conceito de equilíbrio e os métodos que empregamos ao nível da análise pura têm um significado claro apenas enquanto permanecem confinados à análise das ações de uma pessoa isolada, e que nos deslocamos para um esfera diferente, introduzindo silenciosamente um novo elemento, de natureza inteiramente distinta, quando o aplicamos à interação de um conjunto de indivíduos separados. [...] O sentido em que utilizamos o conceito de equilíbrio para descrever a interdependência de diferentes ações de uma pessoa isolada não pode ser imediatamente aplicado às relações entre as ações de diferentes pessoas. A verdadeira questão é que uso podemos fazer do conceito quando falamos de equilíbrio a respeito de um sistema competitivo?

O ponto central do argumento correspondia à aquisição do conhecimento pelos diversos agentes económicos, que Hayek considerava ser um problema empírico decisivo para a teoria económica. Mais especificamente, uma vez que as ações dos agentes económicos assentavam num determinado conhecimento dos fenómenos – localizado, circunstancial e subjetivo –, era necessário ter em linha de conta os efeitos disruptivos da distribuição desigual da informação:

Nas apresentações mais habituais da análise do equilíbrio [equilibrium analysis], procura-se geralmente dar a entender que as questões relativas à origem desse equilíbrio já estão resolvidas. (...) O dispositivo habitualmente empregue para esse efeito é a assunção de um mercado perfeito, no qual cada ocorrência pode ser instantaneamente conhecida por todos os participantes. É necessário lembrar que o mercado perfeito necessário para satisfazer as assunções da análise de equilíbrio não pode estar confinado aos mercados específicos de cada mercadoria individual; é necessário assumir o conjunto do sistema económico enquanto um mercado perfeito, no qual toda a gente sabe tudo.

Ao assumir a existência de um mercado perfeito, a teoria geral do equilíbrio tornava-se incapaz de explicar as oscilações provocadas pela distribuição desigual da informação, atribuindo-as a causas endógenas

ou reduzindo-as a meras anomalias passageiras. Ao questionar a noção de “equilíbrio,” pelo contrário, Hayek assinalava a importância do conhecimento, enquanto um problema simultaneamente empírico e teórico, que confrontava os economistas com o desafio de identificar as relações de causa e efeito efetivamente operantes ao nível do ciclo económico.

Este problema seria retomado em dois trabalhos posteriores, ambos dedicados à especificidade epistemológica das ciências sociais: *The counter-revolution of sciences* (1952) e *The theory of complex phenomena* (1964). Hayek desenvolveu aí pela primeira vez o argumento que viria a retomar na palestra de Estocolmo, sustentando que os cientistas sociais lidavam com fenómenos complexos, relativamente aos quais os dados quantitativos eram necessariamente limitados, ao contrário do que acontecia com os fenómenos relativamente simples estudados pelas “ciências físicas.”⁵ Ao emular de forma “mecânica e superficial” os métodos, procedimentos e critérios da Física, Química ou Biologia, a maioria dos cientistas sociais revelava-se incapaz de compreender a natureza específica dos seus objetos e de empregar corretamente a evidência empírica disponível (Hayek 1952, 15-16). Na base do “Cientificismo,” denunciado por Hayek, existia no entanto um equívoco fundamental:

Enquanto para o cientista natural o contraste entre factos objetivos e opiniões subjetivas é bastante simples, essa distinção não pode ser aplicada com a mesma facilidade ao objeto das ciências sociais. A razão para tal é que o objeto, os “factos” das ciências sociais, são também opiniões – não as opiniões de quem estuda os fenómenos sociais, claro, mas as opiniões daqueles cujas ações constituem o objeto dos cientistas sociais. Num determinado sentido, os seus factos são tão pouco “subjetivos” como os das ciências naturais, uma vez que são independentes do observador específico; aquilo que este estuda não é determinado pelo seu capricho ou imaginação mas apresenta-se da mesma forma à observação de pessoas diferentes. Mas noutro sentido, aquele em que distinguimos os factos das opiniões, os factos das ciências sociais são meramente opiniões, os pontos de vista das pessoas cujas ações procuramos estudar. (Hayek 1952, 28)

Este equívoco via-se agravado pelo uso indiscriminado de ferramentas matemáticas, com a aspiração de tratar os fenómenos sociais com o mesmo rigor e “objetividade” que as ciências naturais. Os cientistas

⁵ Hayek utiliza frequentemente, de forma indistinta, as classificações “ciências físicas” e “ciências naturais.”

sociais reduziam dessa forma o material empírico relevante ao que podia ser medido e quantificado, limitando arbitrariamente os nexos causais que podiam ser estabelecidos e empobrecendo a explicação dos fenómenos que se propunham estudar. Para Hayek, pelo contrário, todos os avanços ao nível da teoria económica haviam resultado da aplicação consistente do “subjativismo,” ou seja, uma análise metódica das motivações humanas e das estruturas de significado em que estas operavam, relativamente às quais a mera quantificação se revelava insuficiente.

O argumento seria desenvolvido com maior detalhe em *The theory of complex phenomena* (1964). Partindo da distinção entre fenómenos simples e fenómenos complexos, Hayek assinalou o facto de a estatística operar essencialmente através da eliminação da complexidade, ocupando-se de grandes agregados numéricos. As suas ferramentas tendiam por isso a simplificar as relações efetivamente existentes entre os elementos constitutivos de uma determinada estrutura, tornando-a incapaz de avançar predições ou formular teorias gerais, uma vez que as relações específicas que faziam funcionar essa estrutura permaneciam invisíveis. Por outras palavras, uma opção metodológica fundamentalmente arbitrária tornava os cientistas sociais incapazes de identificar as relações de causalidade que regiam os seus objetos de estudo. Era por isso que, segundo Hayek, “economista algum foi até agora capaz de fazer fortuna a comprar ou vender mercadorias com base na previsão científica da evolução futura dos preços (embora alguns a possam ter feito a vender semelhantes previsões),” limitando-se à “mera descrição do carácter geral da ordem que poderemos encontrar em determinadas condições, a qual, contudo, não poderá jamais traduzir-se numa previsão das suas manifestações particulares” (Hayek 1964, 63). Era necessário, pelo contrário, “levar mais a sério a nossa ignorância,” cultivando uma abordagem centrada em objetivos mais limitados, que dispensasse “a superstição ingénuo,” segundo a qual a identificação de “regularidades simples entre os fenómenos” seria uma “condição necessária à aplicação do método científico” (Hayek 1964, 65). Estas reflexões culminavam numa crítica da conceção “nomológica” da ciência:

Neste sentido, podemos perfeitamente ter atingido uma teoria extremamente elaborada e bastante útil acerca de um determinado tipo de fenómeno complexo e, no entanto, ser forçados a admitir que não conhecemos uma única lei, no sentido habitual do termo, à qual este fenómeno obedeça. Penso que isto é em grande medida verdade no que diz respeito aos fenómenos sociais: embora tenhamos teorias acerca das estruturas sociais, tenho sérias dúvidas que saibamos de algum tipo de

'leis' às quais os fenómenos sociais obedecem. Parece por isso que a busca de leis não é uma marca distintiva do método científico, mas meramente uma característica das teorias dos fenómenos simples, tal como os definimos anteriormente; e que no campo dos fenómenos complexos, o termo "lei," tal como os conceitos de causa e efeito, não é aplicável sem que sejam efetuadas modificações que o privem do seu sentido habitual. (Hayek 1964, 66-67)

Devido à natureza específica dos objetos de cada campo disciplinar, a transposição acrítica de metodologias de um campo para outro tornava os cientistas incapazes de dar conta da sua complexidade. Adicionalmente, ao defender a especificidade do seu campo de saberes, Hayek sublinhava o facto de a Economia se ocupar de aspetos que ultrapassavam uma dimensão estritamente quantitativa, tais como a dimensão subjetiva das escolhas e preferências individuais, ou o impacto dos valores no comportamento dos agentes económicos. Era por isso imperioso definir rigorosamente o papel da teoria no contexto das ciências sociais, algo que Hayek procurara fazer na sua introdução ao livro *Capitalism and the Historians* (1954):

A ideia de que é possível estabelecer uma relação causal entre qualquer evento sem utilizar uma teoria, ou que semelhante teoria emergirá automaticamente da acumulação de um determinado número de factos, é evidentemente uma pura ilusão. A complexidade dos acontecimentos sociais é tal que, sem as ferramentas de análise oferecidas por uma teoria sistemática, [o cientista] está praticamente condenado a interpretá-los incorretamente; e aqueles que se esquivam ao uso consciente de um argumento explícito e logicamente testado tornam-se geralmente meras vítimas das convicções mais popularizadas do seu tempo. (Hayek 1954, 23)

A noção de “individualismo metodológico” procurava precisamente responder a este conjunto de problemas. Uma vez que os juízos de valor individuais eram inevitáveis no trabalho de um cientista social – no momento de decidir que questões deveriam ser colocadas, mas também que tipo de material empírico deveria ser considerado relevante –, este tinha o dever de explicitar claramente as suas opções teóricas e metodológicas. Adicionalmente, e porque lidavam com fenómenos complexos, deveriam ser extremamente cautelosos quando apresentavam as suas conclusões, sob pena de uma excessiva simplificação conduzir a uma explicação inadequada dos problemas e, conseqüentemente, produzir conclusões falsas. Não por acaso, esta preocupação seria retomada anos mais tarde, na palestra em homenagem a Alfred Nobel:

Uma teoria de fenómenos essencialmente complexos deve referir-se a um grande número de factos específicos; e para extrair daí uma previsão, ou para a testar, temos que dar conta de todos esses factos particulares. (...) A verdadeira dificuldade, para cuja solução a ciência tem pouco a contribuir, e que é por vezes insolúvel, consiste na identificação dos factos particulares. (Hayek 1974a)

A questão estava, no entanto, longe de se resumir a um problema metodológico. Como veremos nas páginas seguintes, o problema da liberdade e o problema do conhecimento apresentavam-se entrelaçados, servindo de alicerce a todo o edifício do pensamento de Hayek. O seu trabalho enquanto economista e as suas reflexões enquanto filósofo da ciência seguiam uma preocupação comum.

2. A CONCORRÊNCIA ENQUANTO PROCESSO DE DESCOBERTA

Se o texto escrito em 1936, *Economics and Knowledge*, avançava um conjunto de cautelas metodológicas na abordagem ao problema do “equilíbrio,” seria em *The use of knowledge in society*, publicado em 1945 pela *The American Economic Review*, que Hayek desenvolveria uma das suas ideias mais importantes, a de que “os problemas económicos resultam sempre e apenas das mudanças” (Hayek 1945, 523). O artigo começava por estabelecer uma distinção entre três tipos de conhecimento: 1) o “conhecimento disperso” – relacionado com as circunstâncias temporais e espaciais específicas que rodeiam cada indivíduo; 2) o “conhecimento tácito,” correspondente a hábitos e capacidades, mas também a valores incorporados na legislação e nas instituições; 3) o “conhecimento científico”- resultante da investigação, definições abstratas e teste empírico das várias hipóteses e teorias formuladas a propósito de um problema.

A noção de “conhecimento disperso” correspondia ao argumento mais sólido em defesa do mercado competitivo e do sistema de preços, uma vez que só eles permitiam, segundo Hayek, que os distintos “campos de visão individual” se entrelaçassem e sobrepusessem, permitindo que a “informação relevante” sobre cada fenómeno fosse comunicada ao conjunto dos atores económicos, de forma célere e descentralizada, através de “múltiplos intermediários” (Hayek 1945, 526). Mediado pelo Direito, o “conhecimento tácito” permitia por sua vez enquadrar as escolhas ao alcance de cada indivíduo, tornando-as compatíveis com as escolhas dos outros e proporcionando-lhes a liberdade de ação indispensável à prossecução dos seus próprios

objetivos. Era assim, segundo Hayek, que os esforços dispersos e voluntários de cada indivíduo se articulavam, autorizando-os a experimentar diferentes formas de ação e descobrir novos métodos para produzir determinado bem ou resolver determinado problema. Ao conceber a atividade económica enquanto um conjunto de planos descentralizados elaborados com base na informação disponível a cada indivíduo, Hayek argumentava que a vantagem de um sistema competitivo em relação a um sistema de planeamento centralizado consistia precisamente na sua capacidade de processar o conhecimento disperso. No entanto, essa superioridade só se revelava quando ocorriam mudanças significativas, uma vez que a capacidade de adaptação rápida dependia do conhecimento circunstancial disperso pelos indivíduos, ou seja, o conhecimento da “importância relativa das coisas particulares”:

É através dessa conexão que aquilo a que eu chamei o cálculo económico propriamente dito nos ajuda, pelo menos enquanto analogia, a ver como este problema pode ser resolvido, e está de facto a ser resolvido, pelo sistema de preços. (...) Fundamentalmente, num sistema em que o conhecimento dos factos relevantes se encontra disperso entre várias pessoas, os preços podem contribuir para coordenar as ações separadas de pessoas diferentes, da mesma forma que os valores subjetivos ajudam um indivíduo a coordenar as várias partes do seu plano. (...) O facto mais significativo acerca deste sistema é a economia de conhecimento com que opera, ou seja, quão pouco os participantes individuais têm de conhecer para serem capazes de atuar corretamente. De forma resumida, através de uma espécie de símbolo, apenas a informação essencial é transmitida, e transmitida apenas aos implicados. É mais do que uma mera metáfora descrever o sistema de preços como uma espécie de maquinaria para registar transformações, ou um sistema de telecomunicações, que permite aos produtores individuais, observando apenas o movimento de uns quantos ponteiros, ajustar a sua atividade a um conjunto de transformações acerca das quais podem nunca vir a saber senão aquilo que se encontra refletido nas oscilações dos preços. (Hayek 1945, 525-527)

Era através destas oscilações de preços que a escassez ou abundância relativa de cada bem ou serviço se via comunicada ao conjunto dos agentes económicos, permitindo-lhes fazer as suas escolhas. E, concluía Hayek, nem o mais sofisticado modelo matemático estaria em condições de representar, adequada e atempadamente, com o mesmo grau de eficácia e celeridade, a natureza complexa do sistema económico. Na raiz da superioridade do mercado competitivo estava um problema epistemológico, o da “inevitável imperfeição do conhecimento humano e a consequente necessidade de um processo que permita a constante comunicação e aquisição desse conhecimento,” uma tarefa que estava

para além da ciência e que nem o mais aperfeiçoado sistema de planificação conseguiria assegurar. O mercado competitivo era acima de tudo um “processo de descoberta.”

Hayek desenvolveria com maior fôlego este argumento num texto publicado em 1968, no qual sustentava que a importância da competição resultava precisamente da imprevisibilidade dos seus resultados (Hayek 1968, 10). A superioridade do mercado em relação ao planeamento centralizado não podia ser empiricamente verificada, uma vez que um sistema competitivo não perseguia um conjunto de objetivos específicos, cuja concretização pudesse ser avaliada, como acontecia, por exemplo, na União Soviética. A vantagem do mercado residia, pelo contrário, no facto de permitir a cada indivíduo perseguir os seus próprios objetivos, sem que o respetivo resultado estivesse predeterminado por uma instância central. Semelhante processo tinha porventura um custo “considerável,” uma vez que nada garantia a um determinado indivíduo que as suas escolhas fossem bem-sucedidas. Na verdade, o insucesso de alguns dos seus participantes era uma condição essencial para o funcionamento do conjunto do sistema. Adicionalmente, os resultados da competição não variavam em função de conceitos como “méritos” ou “justiça,” mas antes decorriam de uma sucessão de interações entre interesses distintos, independente de qualquer quadro de valores estabelecido. No entanto, e este era para Hayek o ponto fundamental, nenhum outro sistema seria capaz de responder de forma tão eficiente à procura de novos bens, ou de encontrar novas e mais eficazes formas de os produzir, tornando-os acessíveis a um conjunto sempre mais alargado de pessoas. “A competição,” concluía Hayek, “não só revela como é que as coisas podem ser melhoradas, como obriga todos aqueles cujo rendimento depende do mercado a imitar essas melhorias,” representando por isso “uma espécie de coerção impessoal, capaz de obrigar diversos indivíduos a alterar o seu comportamento de uma forma que não poderia ser garantida por qualquer tipo de instruções ou comando.” (Hayek 1968, 19). A “ordem do mercado” surgia assim, na encruzilhada entre a liberdade e os limites do conhecimento individual, enquanto a forma mais adequada para enquadrar a interação humana.

A relação entre mercado e ciência seria exposta de forma particularmente clara em *The Constitution of Liberty*, publicado em 1960. No que pretendia ser uma reflexão de grande fôlego em favor do ressurgimento do Liberalismo, Hayek argumentou que a principal vantagem do mercado concorrencial residia no facto de este permitir a cada indivíduo beneficiar de conhecimentos de que não dispunha, ao

mesmo tempo que o conhecimento disperso por cada indivíduo originava um benefício potencial para todos os outros. E, uma vez que as transformações introduzidas por cada nova descoberta científica ou inovação técnica criariam novos problemas, apenas a possibilidade de experimentar diferentes soluções permitiria identificar as práticas ou instrumentos mais apropriados para os enfrentar. Só proporcionando a cada indivíduo a liberdade de empregar os seus conhecimentos e aptidões, em função do seu quadro de valores e preferências, seria possível obter as inovações necessárias ao bem-estar de todos. Uma vez que isso exigia, por sua vez, a possibilidade de comparar diferentes formas de ação em função dos resultados, a ordem do mercado era inseparável das condições necessárias à investigação científica:

A maioria dos cientistas percebe que é impossível planejar os avanços ao nível do conhecimento, que na viagem para o desconhecido – que é aquilo a que corresponde a investigação científica - estamos em grande medida dependentes das intuições de génios individuais e das respetivas circunstâncias, e que o progresso científico, como uma nova ideia que surge numa mente isolada, será o resultado de uma combinação de conceções, hábitos e circunstâncias oferecidas a determinada pessoa pela sociedade, um resultado tanto dos acidentes fortuitos como do esforço sistemático. Porque estamos mais conscientes de que os nossos avanços na esfera intelectual resultam frequentemente do imprevisto e imponderado, tendemos a exagerar a importância da liberdade neste campo e a ignorar a importância da liberdade de fazer coisas. Mas a liberdade de pesquisa e de crença e a liberdade de expressão e discussão, a importâncias das quais é amplamente compreendida, apenas se tornam importantes na etapa final do processo através do qual novas verdades são descobertas. Exagerar o valor da liberdade intelectual à custa da liberdade de fazer coisas seria como confundir a cúpula de um edifício com o seu conjunto. Temos novas ideias para discutir, diferentes perspetivas às quais nos ajustar, porque essas ideias e perspetivas resultaram dos esforços individuais, em circunstâncias sempre diferentes, para empregar nas suas tarefas específicas as novas ferramentas e formas de ação que aprenderam. (Hayek 1960, 30-31)

Levando ainda mais longe o seu argumento, Hayek concluía que a liberdade de prossecução dos objetivos específicos de um indivíduo (ou grupo de indivíduos) era o derradeiro teste aos seus valores e ideias, métodos e instrumentos, uma vez que o seu sucesso ou insucesso inspiraria outros indivíduos (ou grupos de indivíduos) a adotá-los, rejeitá-los ou adaptá-los em função dos resultados. Ainda que o mercado não recompensasse este ou aquele mérito subjetivo – uma vez que se tratava de um sistema impessoal –, o seu funcionamento permitia identificar os valores e comportamentos mais adequados à prossecução

de determinados objetivos, que tenderiam a ser emulados por outros indivíduos (ou grupos de indivíduos), cristalizando-se progressivamente em hábitos, tradições e sistemas de crenças. A “civilização” era, sustentava Hayek, o resultado provisório e precário de um longo processo de seleção, efetuado por tentativa e erro, através do qual os seres humanos haviam aprendido a adotar certas formas de cooperação e renunciar a outras. Quer o conhecimento fosse científico, tácito ou disperso, a liberdade de atuar, de pensar e de experimentar era uma condição essencial ao seu progresso:

Em nenhum outro lugar é a liberdade mais importante do que onde a ignorância é maior – nas fronteiras do conhecimento, ou seja, nos domínios em que ninguém está em condições de prever o que se poderá encontrar no passo seguinte. (...) É quando o homem procura ir além do seu estado presente, quando o novo emerge e a sua avaliação só pode ser feita no futuro, que a liberdade revela o seu derradeiro valor. (Hayek 1960, 340)

CONCLUSÃO – O DESCONHECIMENTO ENQUANTO CONDIÇÃO DA LIBERDADE

Na sua palestra em homenagem a Alfred Nobel, Hayek retomou argumentos dispersos por vários textos escritos ao longo dos trinta anos anteriores. As suas ideias atravessaram durante esse período um processo de amadurecimento, permitindo-lhe apresentá-las de uma forma decantada e dispensando considerações laterais. A sua filosofia da ciência, assente no postulado da imperfeição do conhecimento e no pressuposto de que a informação relevante acerca dos fenómenos económicos se encontra inevitavelmente dispersa por múltiplos agentes, destoava, por vezes de uma maneira muito significativa, do que pensavam alguns dos seus companheiros de marcha ao longo dos anos precedentes.

No que diz respeito aos problemas sociais, argumentava Hayek, “não se pode jamais obter um conhecimento completo, capaz de permitir dominar todos os acontecimentos,” razão pela qual o contributo do conhecimento científico para a formulação de políticas públicas não deveria jamais perder de vista os respetivos limites ontológicos. Em vez de tentar controlar e dirigir a sociedade, o cientista social deveria criar as condições para o seu aperfeiçoamento gradual, renunciando a “moldar os resultados, como um artesão molda a sua obra” e optando antes por “promover o crescimento, proporcionando-lhe um ambiente

apropriado, da mesma forma que o jardineiro faz com as suas plantas” (Hayek 1974).

Este princípio era por sua vez inseparável das condições necessárias ao avanço da ciência. Uma vez que se revelava impossível antecipar os resultados da investigação científica, os cientistas deveriam conduzir o seu trabalho sem qualquer interferência exterior ao respetivo campo de saber. Independentemente do que, em determinado momento e circunstância, pudessem ser os resultados desejáveis da investigação científica, estes não podiam ser antecipados nem predeterminados, pelo que qualquer esforço genuína e rigorosamente científico de compreensão da realidade deveria partir da assunção dos limites do conhecimento e do reconhecimento de que havia muito mais coisas desconhecidas do que conhecidas (Hayek 1960, 325-340).

As razões pelas quais estas reflexões destoavam de maneira tão significativa do discurso de Milton Friedman resultam em parte das divergências entre a Escola Austríaca e a Escola de Chicago. Enquanto os representantes da primeira aceitavam, no fundamental, a teoria geral do equilíbrio, utilizando e até ampliando significativamente a esfera de racionalidade dos agentes individuais, os representantes da segunda, como Hayek ou Mises, manifestaram frequentemente o seu ceticismo em relação à capacidade explicativa de modelos estritamente quantitativos face à complexidade dos ciclos económicos.

A crise económica e a mudança de contexto político, durante a década de 1970, catapultaram um conjunto de economistas neoliberais para a posição de conselheiros económicos, proporcionando-lhes uma esfera de aplicação prática imediata para as suas ideias. Modelos económicos relativamente simples, que estabeleciam uma correlação entre o controlo sobre a expansão da massa monetária e a oscilação dos preços, revelaram-se então particularmente persuasivos para vários jornalistas, empresários e políticos, menos preocupados com a respetiva validade heurística do que com os resultados da política económica. E, no momento de legitimar esses modelos no âmbito do debate público, a chancela de respeitabilidade, proporcionada pelo estatuto “científico” das teorias que os suportavam, era demasiado apetecível para ser desaproveitada. Os argumentos de Friedman tinham, em relação aos de Hayek, a vantagem de propor soluções pragmáticas desenhadas para o curto-prazo. Ambos defendiam o mercado competitivo como a forma mais eficiente para assegurar a prosperidade económica para o maior número de pessoas, mas apenas um assentava essa defesa em preocupações epistemológicas.

Não é por isso surpreendente que, a partir do momento em que um conjunto de intelectuais neoliberais aceitou a uma posição dominante no espaço público, intervindo frequentemente na imprensa e na televisão, aconselhando de perto governos e bancos centrais, as objeções de Hayek em relação à instrumentalização da ciência se revelassem cada vez menos oportunas. Muitos dos que haviam desafiado os pilares do Keynesianismo, questionando o seu estatuto de ortodoxia dominante no campo da teoria económica, ambicionavam agora converter-se nos guardiões de uma nova ortodoxia. Nos seus trabalhos, a Economia era invariavelmente concebida enquanto uma ciência de governo e não, como pretendia Hayek, um inquérito permanente (e permanentemente inacabado) ao desconhecido, sustentado num compromisso inabalável com a busca do rigor e do conhecimento pelo conhecimento.⁶ Para os apologistas da “Economia enquanto ciência positiva,” os argumentos de Hayek relativamente à impossibilidade de prever o futuro, ao carácter necessariamente limitado e fragmentário de qualquer conhecimento, ou à inadequação de modelos estritamente quantitativos para compreender fenómenos complexos, apresentavam pouco ou nenhum interesse. As ideias que se haviam revelado úteis, no momento de assaltar a cidadela da doutrina económica adversária, eram, pelo contrário, uma frecha aberta pela qual poderia emergir um eventual questionamento da nova ortodoxia. Tanto basta para que lhes dediquemos redobrada atenção, no preciso momento que os limites da teoria económica convencional se revelam de forma tão óbvia, e o futuro, cheio de riscos, apresenta novos problemas, para os quais só a liberdade de pensar e agir pode oferecer respostas.

⁶ Este uso da ciência enquanto instrumento de governo foi porventura uma das razões pelas quais Michel Foucault (Foucault 2004) dedicou ao Neoliberalismo um curso no *Collège de France*, em 1978-79.